

POLÍTICAS PÚBLICAS, DESENVOLVIMENTO REGIONAL RURAL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA GESTÃO TERRITORIAL

Afonso Mata Vidinha¹

Daniel Araújo Sombra Soares²

Igor Moraes de Lima Modesto³

Mario Santos da Silva Júnior⁴

RESUMO: Este estudo busca compreender a relevância das políticas públicas no desenvolvimento regional rural no contexto amazônico, com foco no estado do Pará, a partir de uma abordagem interdisciplinar que articula Administração, Geografia, Sociologia e História. A articulação entre as áreas ajuda a compreender as mudanças de espaço através do tempo e como esse processo influencia as relações sociais no campo. Parte-se do entendimento de que as dinâmicas territoriais, o uso da terra e as relações sociais no meio rural são historicamente condicionados por processos de concentração fundiária, exploração de recursos naturais e desigualdade no acesso às políticas estatais. No estado do Pará, a questão territorial se torna um agravante para a implementação de políticas públicas no âmbito rural, uma vez que muitas localidades não possuem acesso facilitado. Nesse sentido, o estudo discute como a integração entre programas federais e iniciativas estaduais contribui para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, especialmente no fortalecimento da agricultura familiar. A pesquisa evidencia que a atuação coordenada entre União, estado e instituições de assistência técnica é fundamental para viabilizar o acesso ao crédito, à regularização fundiária e às práticas produtivas ambientalmente responsáveis. Conclui-se que políticas públicas territorializadas e integradas são indispensáveis para reduzir desigualdades históricas, garantir justiça social e promover um modelo de desenvolvimento rural sustentável e inclusivo na Amazônia, tendo em vista a necessidade da assistência gerencial de negócios e recursos naturais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Desenvolvimento rural; Meio Ambiente.

PUBLIC POLICIES, RURAL REGIONAL DEVELOPMENT, AND ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY: AN ANALYSIS BASED ON TERRITORIAL MANAGEMENT

ABSTRACT: This study seeks to understand the relevance of public policies for rural regional development in the Amazonian context, focusing on the state of Pará, through an interdisciplinary approach that integrates Administration, Geography, Sociology, and History. The articulation of these fields contributes to understanding how spatial transformations occur over time and how these processes influence social relations in rural areas. The study is based on the premise that territorial dynamics, land use, and social

1 Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: amvidinha@gmail.com

2 Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: dsombra@ufpa.br

3 Discente do Curso de Bacharelado em Administração pela UFPA. E-mail: igormodesto2597@gmail.com

4 Discente do Curso de Bacharelado em Administração pela UFPA. E-mail: mariojunior@gmail.com

relations in rural environments have been historically shaped by land concentration, natural resource exploitation, and unequal access to public policies. In the state of Pará, territorial issues further complicate the implementation of rural public policies, as many localities have limited accessibility. In this context, the study discusses how the integration of federal programs and state initiatives contributes to the promotion of sustainable rural development, particularly by strengthening family farming. The findings indicate that coordinated action among the federal government, the state government, and technical assistance institutions is essential to facilitate access to rural credit, land tenure regularization, and environmentally responsible productive practices. It is concluded that integrated and territorially oriented public policies are indispensable for reducing historical inequalities, promoting social justice, and fostering a sustainable and inclusive model of rural development in the Amazon, considering the need for managerial assistance in business and natural resource management.

KEYWORDS: Public policies; Rural development; Environment.

POLÍTICAS PÚBLICAS, DESARROLLO REGIONAL RURAL Y SOSTENIBILIDAD AMBIENTAL: UN ANÁLISIS DESDE LA GESTIÓN TERRITORIAL

RESUMEN: Este estudio busca comprender la relevancia de las políticas públicas para el desarrollo regional rural en el contexto amazónico, con énfasis en el estado de Pará, a partir de un enfoque interdisciplinario que articula la Administración, la Geografía, la Sociología y la Historia. La integración de estas disciplinas permite comprender las transformaciones del espacio a lo largo del tiempo y cómo este proceso influye en las relaciones sociales en el medio rural. Se parte de la premisa de que las dinámicas territoriales, el uso del suelo y las relaciones sociales en las zonas rurales han estado históricamente condicionados por procesos de concentración de la tierra, explotación de los recursos naturales y desigualdad en el acceso a las políticas públicas. En el estado de Pará, la cuestión territorial constituye un factor que agrava la implementación de políticas públicas en el ámbito rural, ya que muchas localidades presentan dificultades de acceso. En este sentido, el estudio analiza cómo la integración entre programas federales e iniciativas estatales contribuye a la promoción del desarrollo rural sostenible, especialmente mediante el fortalecimiento de la agricultura familiar. La investigación demuestra que la acción coordinada entre el gobierno federal, el gobierno estatal y las instituciones de asistencia técnica es fundamental para facilitar el acceso al crédito, a la regularización de la tenencia de la tierra y a prácticas productivas ambientalmente responsables. Se concluye que las políticas públicas territorializadas e integradas son indispensables para reducir las desigualdades históricas, garantizar la justicia social y promover un modelo de desarrollo rural sostenible e inclusivo en la Amazonia, considerando la necesidad de asistencia gerencial para la gestión de los negocios y de los recursos naturales.

PALABRAS CLAVES: Políticas públicas; Desarrollo rural; Medio ambiente.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento rural no Brasil, especialmente na região amazônica, demanda políticas públicas ousadas, capazes de integrar dimensões sociais, econômicas,

territoriais e ambientais. No Estado do Pará — caracterizado por ampla diversidade ecológica, grandes distâncias geográficas, infraestrutura limitada e a presença de inúmeras comunidades tradicionais — a formulação e a implementação de políticas para o meio rural são estratégicas para a redução das desigualdades e a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, compreender como programas federais e estaduais dialogam entre si torna-se essencial para avaliar sua efetividade e alcance junto aos pequenos produtores, que compõem a base produtiva majoritária do território paraense. Compreender a relevância das políticas públicas, considerando a conexão entre questões ambientais, territoriais e econômicas, questões sociológicas e a história, se faz mister, e a interação do ser com o meio gera impactos no ambiente e nas relações sociais no âmbito rural.

Historicamente, as dinâmicas rurais no Brasil foram marcadas pela concentração fundiária, pelo estímulo à produção em larga escala e pela fragilidade institucional no atendimento ao pequeno agricultor. Na Amazônia, esse cenário foi agravado pelos processos de ocupação e integração territorial ocorridos entre as décadas de 1960 e 1970, que privilegiaram grandes empreendimentos, deixando comunidades locais à margem do processo. Esse processo esteve associado ao modelo de integração territorial implementado pelo Estado brasileiro durante a segunda metade do século XX, fundamentado na implantação de grandes projetos de infraestrutura, mineração, agropecuária e colonização, que reorganizaram profundamente o espaço amazônico e produziram importantes transformações sociais e territoriais (Fenzl *et al.*, 2020).

Como consequência, consolidou-se uma estrutura desigual de acesso a recursos públicos, crédito, assistência técnica e regularização fundiária, reforçando a necessidade de políticas que priorizem a agricultura familiar e o uso sustentável do território.

Diante desse histórico, este artigo representa o resultado de um olhar inquietante que busca conhecer, apreciar, compreender, analisar e socializar a necessidade de integração entre políticas públicas federais — como o Plano Safra e o PRONAF — e programas estaduais desenvolvidos no Pará, destacando como essa articulação contribui para o desenvolvimento rural no contexto amazônico. Compreender de que forma tais políticas dialogam com as especificidades socioambientais do território, quais desafios persistem e como podem ser enfrentados representa um trabalho que

só tem a fortalecer a agricultura, a conservação ambiental e a inclusão produtiva das populações rurais. Assim, o estudo enriquece o debate sobre a importância de um Estado presente, articulado e adaptado às realidades locais como condição indispensável para promover um desenvolvimento rural mais justo, sustentável e territorialmente equilibrado.

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica, com a proposta de evidenciar a realidade de um cenário peculiar, comentado e pouco estudado, que traz contribuições de autores diversos, por meio de artigos, livros e publicações como relatórios de órgãos gestores de programas de incentivos agrícolas. Desta forma, a metodologia do trabalho está focada no mapeamento de políticas públicas voltadas ao fomento rural e no conhecimento de seus efeitos sociais e econômicos. Compreender o espaço e os indivíduos como agentes ativos nas mudanças ocorridas no território. Compreender a relevância das políticas, considerando as conexões geográficas – como as mudanças físicas, ambientais e econômicas e o uso das terras – com a sociologia e a história. Uma vez que a ação dos indivíduos com o meio gera impactos no ambiente e nas relações sociais no âmbito rural. Para as discussões históricas e sociais, serão utilizados autores como José Eli da Veiga, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Lilia Moritz Schwarcz.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL SOBRE A QUESTÃO DE TERRAS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

A Entender os programas de apoio ao pequeno e médio produtor é um desejo que requer conhecer como as diferenças sociais impactam as dinâmicas do meio rural. É despertar para os motivos que justificam os programas de incentivo à produção e ao crédito rural, tão importantes para estes produtores.

No contexto histórico da divisão de terras no Brasil, há entendimento de uma produção agrícola voltada ao mercado externo, bem como questões sociais envolvendo esta divisão.

No processo de ocupação da zona litorânea brasileira, as capitanias hereditárias¹ cumpriam o objetivo de povoar o território, explorar os recursos naturais e produzir insumos agrícolas para o consumo interno e abastecimento do mercado português.

¹ Faixas de terra concedidas no litoral brasileiro durante o processo de ocupação do Brasil.

Essas faixas de terras eram concedidas por Dom João III a nobres portugueses de sua confiança (Schwarcz; Starling, 2015). O sistema de capitanias hereditárias e o modo de produção ensaiavam uma retomada do modo de produção feudal, que já se encontrava em decadência na Europa. Para o mercado europeu, que engatinhava rumo à industrialização, era muito conveniente a produção agrícola no Novo Mundo². Desse modo, os insumos agrícolas e especiarias permaneciam abastecidos no mercado, enquanto a indústria tomava forma obtendo lucros com a exploração das terras nas Américas (Furtado, 2005).

Com o passar dos séculos, apesar da descentralização da posse de terras, as grandes propriedades continuavam pertencendo à nobreza, gerando disparidades de capacidade produtiva entre os grandes e os pequenos proprietários de terras.

Avançando no tempo, especificamente entre as décadas de 1960 e 1970, um novo panorama, a Amazônia em foco. A campanha de ocupação da Amazônia, intensificada durante o regime militar brasileiro, foi marcada por um discurso nacional desenvolvimentista que buscava integrar a região ao restante do país sob o lema “Integrar para não entregar”³.

No entanto, mais uma vez, os principais beneficiados pelo projeto foram os indivíduos de poder aquisitivo, como grandes empresas, latifundiários e alguns investidores internacionais. Esses grupos receberam incentivos fiscais robustos, linhas de crédito subsidiadas e acesso facilitado ao patrimônio fundiário da região. A atuação de órgãos como a Sudam⁴, o Proterra⁵ e o Polamazônia⁶ garantiu fluxos de capital direcionados a megaprojetos agropecuários, minerais e industriais. Assim, corporações e grupos empresariais expandiram rapidamente suas atividades, muitas vezes apropriando-se de terras ocupadas por comunidades tradicionais. Para Bertha K. Becker (2005), o espaço geográfico e o posicionamento estratégico representam poder.

² Nome pelo qual as Américas eram conhecidas na Europa.

³ Lema do governo Médici (1969-1974) como parte do Programa de Integração Nacional (PIN).

⁴ Superintendência do Desenvolvimento na Amazônia

⁵ Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

⁶ Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

Por outro lado, os pequenos agricultores careciam de apoio governamental. Uma vez que não recebiam os mesmos incentivos em créditos rurais, terras férteis e nem mesmo títulos de terras. Somado a isso, o projeto de ocupação da Amazônia ignorou populações tradicionais e a comunidade que habitava a região, gerando degradação ambiental, invasão de terras e conflitos agrários. Dessa forma, a campanha de ocupação da Amazônia evidencia a reprodução de um padrão histórico de desenvolvimento desigual no Brasil. Embora apresentada como política nacional de integração e modernização, na prática reforçou a concentração de poder econômico e político nas mãos das camadas dominantes, ampliando as desigualdades sociais e territoriais. Compreender essa dinâmica é essencial para analisar não apenas o passado recente da região, mas também os desafios contemporâneos relacionados à justiça social, ao uso da terra e à sustentabilidade na Amazônia.

Diante do exposto, desenha-se a principal discussão deste artigo: A importância das políticas públicas de desenvolvimento rural (federais e estaduais) considerando realidades territoriais, sociais e ambientais específicas do estado do Pará na Amazônia, visando a promoção de um desenvolvimento rural sustentável, justo e inclusivo, especialmente para pequenos agricultores.

DESENVOLVIMENTO RURAL, TERRITÓRIO E MEIO AMBIENTE

O desenvolvimento rural não pode ser compreendido dissociado das dimensões territorial e ambiental, sobretudo em regiões de alta sensibilidade ecológica e sociocultural como a Amazônia. Enquanto concepções tradicionais de desenvolvimento priorizavam indicadores meramente econômicos, de aumento de produtividade, a abordagem contemporânea – especialmente a partir da noção de *Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)* – propõe uma visão integrada que considera as interações entre sistemas produtivos, organização social do território e conservação dos recursos naturais.

Nessa perspectiva, o território deixa de ser um simples suporte físico para a produção e passa a ser um espaço socialmente construído, marcado por relações de poder, identidades coletivas e usos historicamente consolidados. Como destacam Grisa e Schneider (2015), o território rural é “lugar de vida, de trabalho e de reprodução sociocultural”, no qual se entrelaçam dinâmicas econômicas, ambientais e

simbólicas. Essa compreensão é fundamental para a formulação de políticas públicas que realmente dialoguem com as realidades locais, evitando a imposição de modelos homogeneizantes que frequentemente geram conflitos e degradação.

A relação entre desenvolvimento rural e meio ambiente assume contornos ainda mais críticos no contexto amazônico, onde a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos desempenham papel central na reprodução das comunidades tradicionais e na regulação do clima global. Autores como Abramovay (2012) ressaltam que a sustentabilidade ambiental não é um obstáculo ao desenvolvimento, mas sim uma condição para sua perenidade. Políticas que integram conservação e produção – a exemplo dos sistemas agroflorestais, do manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade e da recuperação de áreas degradadas – demonstram ser viáveis tanto economicamente quanto ecologicamente.

Nesse sentido, a noção de *territorialidade* ganha destaque, pois pressupõe o reconhecimento dos atores locais (agricultores familiares, povos indígenas, quilombolas, extrativistas) como protagonistas na gestão do território. Programas que fortalecem a governança territorial, como iniciativas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e de certificação socioambiental, têm potencial para geração de renda, promoção de justiça social e conservação ambiental.

Contudo, persistem desafios estruturais. A histórica desconexão do planejamento governamental com as dinâmicas territoriais locais, somada à fragilidade institucional em muitas regiões, ainda limita a efetividade das políticas. Como observa Veiga (2005), “não há desenvolvimento sustentável sem uma base territorial consistente e sem a valorização dos saberes locais”. Assim, é indispensável que as políticas públicas rurais adotem uma abordagem territorializada, participativa e ambientalmente responsável, especialmente em realidades tão complexas como o Pará.

POLÍTICAS PÚBLICAS E PROJEÇÕES TERRITORIAIS

Para entender a performance das políticas públicas é necessário averiguar como o Estado interage com a sociedade e procura solucionar questões que afetam toda a comunidade. As políticas públicas vão muito além de serem apenas um conjunto de leis ou ideias governamentais. Elas representam o próprio “Estado em ação”. De acordo com Souza (2006), elas podem ser definidas como um campo de estudos que

busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em prática e analisar o que ele faz. Quando necessário, abre espaço para ajustes e mudanças de rumo. Em outras palavras, as políticas públicas funcionam como ponte entre as ideias e os programas que realmente chegam à sociedade, com o propósito de transformar a realidade.

Todavia, essa construção de políticas públicas não ocorre em um ambiente de racionalidade perfeita. A literatura clássica, representada por autores como Lindblom (1959), mostra que o processo de decisão política dificilmente segue um caminho linear e totalmente previsível. Ocorre um processo de “ajustes incrementais”⁷, em que as decisões são tomadas em cenário de complexidade, negociações constantes e informações que, em sua grande maioria, estão longe de serem completas.

A materialização de uma política pública ocorre quando um ciclo que, embora seja apresentado de forma didática, em etapas, na prática se sobrepõe e se mistura. O primeiro momento é o planejamento, fase dedicada ao diagnóstico e à elaboração de alternativas, no qual se identificam os problemas e se formulam as possíveis decisões. De acordo com Peixoto e Oliveira (2019), é crucial que esse planejamento considere a dimensão territorial, já que as políticas não se aplicam em um espaço abstrato, mas em territórios concretos, habitados por pessoas com diversos interesses muitas vezes conflitantes. Ignorar a geografia e as particularidades locais é um caminho rápido para a ineficácia.

A fase da implementação costuma ser a mais desafiadora, pois é nela que as intenções formuladas no planejamento se deparam com a realidade. Ramagem (2013) ressalta que, em um sistema federalista como o brasileiro, a coordenação e a cooperação são fundamentais, pois a execução depende da integração entre União, estados e municípios. Sem essa integração, a política corre o risco de fracassar.

Por último, mas não menos importante, vem a fase do monitoramento e avaliação; essa fase não deve ser encarada como meros procedimentos burocráticos, mas sim como uma ferramenta de aprendizado. É por meio deles que se verifica se a política

⁷ Trata-se do *muddling through* (ou “ciência de se virar”) é uma teoria de tomada de decisão, popularizada por Charles Lindblom, que propõe uma abordagem incremental e pragmática em vez de um planejamento racional abrangente. Consiste em fazer pequenos ajustes sucessivos nas políticas atuais, focando em problemas imediatos em vez de soluções radicais, sendo eficiente em situações de incerteza e limitações de recursos.

pública está de fato promovendo desenvolvimento social e se os recursos estão sendo aplicados de forma adequada para corrigir desigualdades regionais.

Ao percorrer a trajetória histórica do desenvolvimento rural no Brasil, percebe-se que as políticas públicas assumem um caráter de urgência e até de sobrevivência. Historicamente, o desenvolvimento rural no Brasil foi pensado de forma restrita, focado apenas no aumento da produção agrícola em larga escala. No entanto, como destacam Stumpf Junior e Balsadi (2015), houve uma evolução para uma visão mais plural, em que o rural não é apenas o local de produção de *commodities*⁸, reconhecendo-o como território plural onde coexistem tradições culturais, relações comunitárias e práticas de conservação ambiental.

Nesse cenário, políticas voltadas à agricultura familiar tornam-se indispensáveis. O estudo de Gonçalves e Pedroso (2013) sobre o programa de aquisição de alimentos (PAA) exemplifica como uma política pública bem estruturada pode atuar em duas frentes: garantindo renda ao pequeno agricultor e promovendo a segurança alimentar de quem consome.

A presença reguladora e fomentadora do Estado, por meio de políticas de crédito, assistência técnica, pesquisa (como as desenvolvidas pela Embrapa) e acesso a mercados, minimiza as desigualdades regionais que tendem a se intensificar. Por isso, as políticas públicas rurais são essenciais para manter o homem no campo com dignidade, garantir a soberania alimentar do Brasil e promover um desenvolvimento econômico territorialmente equilibrado.

DESENVOLVIMENTO RURAL E EXTRAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Inicialmente, é importante discutir a ideia de desenvolvimento ser atrelada à exploração de recursos naturais. O modo de produção dos Estados Modernos, segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira (2006), foi pautado na exploração incondicional da natureza. O que corroborou a consolidação do capitalismo. Para o autor, o conceito de desenvolvimento está relacionado ao acúmulo de capital e à incorporação

⁸ Matérias-primas básicas que são produzidas em larga escala e possuem valor padronizado, permitindo sua negociação globalmente.

tecnológica, o que inclui o aumento da produtividade, qualificação da mão de obra e o aumento da remuneração.

Contudo, este progresso não deve ser atrelado ao consumo desenfreado e à exploração irresponsável do meio ambiente. Para José Eli da Veiga (2005), é fundamental que os países em desenvolvimento se adequem a uma nova realidade, pois o planeta não poderia passar por mais um processo massivo de industrialização. O resultado seria catastrófico para a biodiversidade, aproximando a humanidade de um colapso.

No âmbito rural, as políticas públicas devem direcionar a produção e o desenvolvimento para vias sustentáveis.

O Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) é um conceito multidimensional que busca promover melhorias sociais, econômicas e ambientais no meio rural, garantindo que o uso dos recursos naturais e as condições de vida das populações locais sejam mantidos — ou ampliados — ao longo do tempo.

Dentre as pautas centrais do Desenvolvimento rural sustentável se destacam:

- Sustentabilidade econômica. Que sugere o uso de tecnologias adequadas, acesso ao mercado e uso eficiente de recursos;
- Sustentabilidade social. Focada em combater a desigualdade social no campo, disponibilizar acesso igualitário a serviços básicos e fortalecer a agricultura familiar
- Sustentabilidade ambiental. Que incentiva o manejo adequado do solo, proteção da biodiversidade, uso racional da água, redução da utilização de agrotóxicos e recuperação de áreas degradadas.
- Territorialidade. Que promove a articulação de atores locais (associações, cooperativas, governos, empresas) e considera as características culturais, históricas e ambientais de cada território. Esta pauta do DRS se baseia nas especificidades de cada região.
- Justiça e segurança alimentar. Inclui a produção de alimentos seguros, saudáveis e acessíveis, fortalecendo sistemas produtivos que respeitem a saúde do produtor, do consumidor e do ambiente.

Em resumo, as políticas de Desenvolvimento Rural Sustentável promovem o uso responsável dos recursos naturais, diminuição das desigualdades sociais no campo, uso de tecnologias adaptadas a cada realidade e a melhora da qualidade de vida dos trabalhadores rurais.

No contexto amazônico, as atividades produtivas de base familiar desempenham um papel estratégico na dinâmica social, econômica, ambiental e cultural. Na contramão dos grandes empreendimentos agropecuários, madeireiros ou minerários, os sistemas familiares na região apresentam maior integração ao território, práticas tradicionais e mantêm vínculos diretos com a conservação dos ecossistemas. Por este motivo, são essenciais para um modelo de desenvolvimento mais sustentável e inclusivo.

Para além disso, a produção familiar minimiza os impactos ambientais e preserva a cultura local, tendo em vista a afirmação das comunidades locais em seus territórios e a possibilidade de transmitir as tradições entre o próprio povo.

PARTICULARIDADES DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DO PARÁ

O Estado do Pará é o segundo maior em extensão territorial do país. O tamanho do território paraense proporciona diversidade nas possibilidades de atividades econômicas, uma vez que a diversidade ecológica da região é característica marcante. A economia local tradicional tem base na cultura extrativista (com produtos regionais como o açaí e a mandioca). Contudo, nas últimas décadas a pecuária ganhou muita força no cenário econômico amazônico. A agricultura familiar norteia boa parte destes processos.

Entretanto, a extensão territorial traz desafios. A infraestrutura é limitada e apresenta problemas relacionados ao escoamento da produção. Outro problema que se apresenta neste sentido é a falta de serviços, o que dificulta o acesso a novas tecnologias e ao suporte técnico.

A região possui presença de povos tradicionais como quilombolas e indígenas, além de reservas extrativistas, tornando desafiador incorporar políticas públicas que preservem as culturas locais e a demarcação territorial. Os processos de ocupação de

terras na Amazônia, que ignoraram povos tradicionais e comunidades locais, agravam os conflitos agrários.

Programas federais: Plano Safra e PRONAF

Plano Safra

É um programa do Governo Federal criado em 2003 que tem como objetivo oferecer recursos para o financiamento da atividade agropecuária no Brasil, apoiando o setor agropecuário. O programa é coordenado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA); o Plano Safra 2025/2026 conta com R\$ 516,2 bilhões destinados à agricultura empresarial.

O plano safra possui linhas de financiamento com as finalidades de investimento, custeio e capital de giro; o plano é importante para a agropecuária porque reduz os custos, oferece segurança para investir e impulsiona o crescimento do setor agropecuário.

Principais motivos que demonstram a importância do plano safra:

- Crédito com juros mais baixos;
- Produtores rurais conseguem financiar;
- Compra de máquinas e equipamentos;
- Custeio de Safras;
- Investimentos em infraestrutura;
- Com os juros mais baixos do mercado, fica mais acessível para produzir e expandir;
- Segurança para planejar e investir.

O plano Safra tem regras definidas por um ano inteiro, permitindo ao produtor:

- Fazer planejamento da safra;
- Prever custos e lucros;
- Reduzir riscos
- Incentivo à modernização do campo

Existem linhas específicas que financiam máquinas modernas, tecnologias de precisão, irrigação genética e melhoramento animal, práticas sustentáveis e proteção contra riscos.

O plano apoia o produtor com seguro rural, subvenções e mecanismos de mitigação de risco climático; neste sentido, acaba por impulsionar a economia do país.

A agropecuária depende de crédito para funcionar e com o plano safra, mais áreas são plantadas, mais animais são produzidos, mais empregos diretos e indiretos surgem e mais exportações são realizadas.

A política pública manifesta-se como um importante instrumento na formação dos arranjos produtivos e na promoção da equidade territorial. No contexto regional do Estado do Pará, onde a agricultura familiar responde por aproximadamente 85% de estabelecimentos rurais e pessoal ocupado no campo, de acordo com o último censo agropecuário realizado em 2017, a intervenção do Estado assume um papel estratégico. Dentre as iniciativas federais, o plano Safra é um componente vital para o progresso da região paraense.

PRONAF (Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar)

O PRONAF foi criado em 1995 pelo Governo Federal, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da atividade rural, todavia, sua finalidade vai além da questão financeira, pois é um instrumento rural que busca elevar a renda, integrar valor à produção e modernizar os sistemas produtivos das pequenas propriedades, mitigando o êxodo rural e fomentando a segurança alimentar. O PRONAF surgiu como resposta às pressões dos movimentos sociais e sindicais que reivindicavam políticas públicas para o setor responsável pelo abastecimento da cesta básica nacional.

O acesso aos recursos do programa é regulado por critérios que buscam delimitar o conceito jurídico e sociológico de "agricultor familiar". Para se enquadrar, o produtor deve possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou, mais recentemente, o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

Os requisitos fundamentais estipulam que a área explorada não ultrapasse quatro módulos fiscais, medida que varia conforme o município, e que a gestão do

estabelecimento seja estritamente familiar. Além disso, é imperativo que a maior parte da renda familiar seja proveniente das atividades agropecuárias do estabelecimento e que a mão de obra utilizada seja predominantemente da própria família, permitindo-se a contratação de terceiros apenas em caráter eventual ou sazonal.

Principais Programas Estaduais

Em âmbito estadual, o Pará possui programas interessantes de incentivo e apoio ao produtor rural. Esses programas são financiados pelo Governo do Estado e por bancos, que oferecem linhas de crédito rural. Neste sentido, existem várias categorias de programas, como a piscicultura, agricultura e agropecuária.

Dentre as instituições governamentais que se destacam no cenário local, a SEDAP (Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca), a SEMAS (Secretaria de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade e a EMATER-PA (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará) são as que mais oferecem suporte e projetos aos produtores rurais, em maioria, programas de capacitação e auxílio no acesso a crédito agrário.

Os principais projetos dessas instituições são:

- Programa Fomento Rural – Programa da SEDAP em parceria com a EMATER

O programa objetiva aumentar a capacidade produtiva de alimentos para comercialização e consumo familiar, além de melhorar a segurança alimentar dos agricultores. Em 2024, mais de mil famílias foram atendidas pelo programa.

Neste projeto, o produtor recebe um benefício de R\$ 4.600,00 dividido em duas parcelas e auxílio técnico para a aplicação correta dos recursos.

- Valoriza Territórios Sustentáveis (Valoriza TS) – SEMAS

A finalidade deste programa é incentivar produtores da agricultura familiar a adotarem ações em suas propriedades que geram benefícios ambientais e sociais. O projeto é oriundo do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais do Pará e foi instituído pela Lei Estadual nº 10.167, de 20 de novembro de 2023, regulamentado pelo Decreto nº 3.527, de 24 de novembro de 2023.

- Programa Pecuária Sustentável do Pará – SEMAS

Este projeto, assim como o anterior, engloba esforços públicos e privados. Voltado para a alta produtividade e transparência, o programa visa executar essas ações de forma responsável com a sociedade e com o meio ambiente em todas as etapas da cadeia produtiva.

Uma das medidas é a Requalificação Comercial, que auxilia os produtores na regularização de terras e na entrada no mercado, de acordo com as leis vigentes.

- PROATER – EMATER

O Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER) é um dos principais projetos de apoio ao produtor rural no Pará. Consiste em disponibilizar assistência técnica para as diversas áreas de atuação rural. Apesar da expansão da assistência aos piscicultores e pecuaristas, o foco central da iniciativa está nos produtores agrícolas de pequeno porte e no programa de agricultura familiar.

- Incentivo ao crédito rural por meio da Emater-PA

Outra iniciativa importante da EMATER no Estado do Pará é o incentivo e a facilitação ao acesso a créditos rurais de âmbito estadual e nacional. Segundo a página da EMATER, até julho de 2025 foram liberados quase R\$ 22 milhões em linhas de crédito para milhares de famílias no campo.

- Política de Agricultura Familiar da SEAF

O Governo do Estado do Pará possui a Secretaria da Agricultura Familiar (SEAF). As ações da secretaria são voltadas para a capacitação técnica de agricultores familiares, comercialização de produtos e apoio à agroecologia.

- Programa Marajó Sustentável – Projeto integrado entre SEDAP e EMATER

Em uma escala mais localizada, destaca-se o programa Marajó sustentável, que visa fomentar a produção local para beneficiar economicamente as famílias ribeirinhas da região do Marajó. Além do auxílio técnico ofertado, é viabilizado o acesso às políticas públicas rurais para as comunidades. Para além disso, os agentes também colaboram no processo de regularização de terras e na emissão de cadastros como o CAF (Cadastro Nacional de Agricultura Familiar) e o CAR (Cadastro Ambiental Rural). O projeto é itinerante e atende famílias da região.

Todos os programas de incentivo ao produtor rural têm como pauta o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social. O acompanhamento por parte das instituições é fundamental para direcionar os produtores nestes sentidos, considerando que a falta de apoio técnico ou falta de acesso à informação em áreas mais remotas pode culminar em impactos ambientais e sociais irreversíveis.

No que tange às linhas de crédito agrário, destaca-se a EMATER, a principal instituição facilitadora entre os bancos e os produtores. Segundo o Relatório de Atividades de 2024, os bancos que mais investiram em crédito agrário foram:

- Banco da Amazônia, com investimento total de R\$ 28.923.501,31
- Banco do Brasil, com investimento total de R\$ 36.160.247,19
- Banpará, com investimento total de R\$ 1.673.944,54
- Caixa Econômica, com investimento total de R\$ 895.959,62, e
- Sicredi, com investimento total de R\$ 2.279.515,00

Importante registrar que os valores totais investidos se dividem entre vários projetos de diferentes escopos, escolhidos pela própria instituição financeira. O relatório destaca o Banco da Amazônia (BASA) como o principal parceiro financiador dos projetos, pois consegue se adaptar às realidades de cada região, enquanto outras instituições registram limitações. O Banco do Brasil deixou de atuar em algumas regiões com índice de inadimplência elevado.

Especialmente para os pequenos produtores, é fundamental aliar os programas rurais citados anteriormente às linhas de crédito rural, desta forma, podem projetar seus investimentos para níveis que não seriam possíveis em prazos ágeis de produção.

Integração entre políticas federais e estaduais

No vasto e complexo território do Pará, a administração rural enfrenta um desafio que vai além da gestão da porteira para dentro: a necessidade de traduzir políticas públicas elaboradas em Brasília para a realidade do produtor na beira do rio ou no interior da floresta.

A operacionalização de políticas como o PRONAF depende intrinsecamente do que estudiosos de políticas públicas chamam de “federalismo cooperativo”

(ARRETCHE, 2012), em que a União, os estados e os municípios atuam de forma complementar. De um lado, o Governo Federal estabelece as diretrizes gerais, o volume de recursos e as taxas de juros favorecidas do Plano Safra da Agricultura Familiar. De outro, o Estado, por meio de sua Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), assume um papel crucial de "tradutor" e facilitador. É aqui que instituições como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA) tornam-se a espinha dorsal do processo.

Conforme destacado por Buainain *et al.* (2019), a assistência técnica é o elo mais sensível e determinante para o sucesso do PRONAF. No campo, o extensionista da EMATER é muito mais que um técnico; é um interlocutor que traduz a complexidade burocrática do crédito em linguagem acessível, auxiliando o agricultor na elaboração do projeto, na busca pela documentação e na correta aplicação do recurso. Esse suporte local é o que transforma uma linha de crédito em um instrumento de geração de renda.

Complementarmente, o Banpará, como agente financeiro credenciado, atua para desburocratizar o acesso, muitas vezes realizando mútuo atendimento em parceria com sindicatos de trabalhadores rurais, fundamentais na mobilização e na organização de suas bases. Essa tríade – Estado (via EMATER e SEDAP), agente financeiro (Banpará) e sociedade civil organizada (sindicatos) – forma o alicerce sobre o qual o PRONAF se ergue no Pará.

Talvez o exemplo mais complexo e humano dessa integração seja a ação em territórios indígenas e ribeirinhos. São áreas onde a presença do Estado é historicamente frágil e a logística, um obstáculo monumental. Nesses contextos, a política federal "pousa" por meio da mediação estadual, de parcerias com organizações não-governamentais e das próprias lideranças comunitárias.

A EMATER, em respeito à autonomia desses povos, trabalha em cooperação com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), prestando assistência que respeita os conhecimentos tradicionais e auxilia no fortalecimento de sistemas agroflorestais ou no manejo de produtos da sociobiodiversidade, como o açaí e a castanha-do-pará. O crédito do PRONAF, nesses casos, é direcionado para projetos

que alie geração de renda à conservação ambiental, uma premissa tanto federal quanto estadual no bioma amazônico.

Como ensina Porro & Homma (2015), o sucesso de políticas na Amazônia exige uma abordagem "contextualizada", que vá além de um modelo único. A ação conjunta em territórios tradicionais é a materialização dessa premissa, onde o Estado do Pará atua como uma ponte, adaptando as diretrizes federais à realidade sociocultural e ambiental única dessas populações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da integração entre políticas federais e estaduais para o desenvolvimento rural no Pará revela, de forma pragmática, que a superação dos desafios históricos da região está inteiramente ligada à capacidade de colocar a questão ambiental no centro da estratégia de desenvolvimento. Não é uma questão secundária, um requisito burocrático, mas sim o elemento fundamental que condiciona a viabilidade econômica de longo prazo, a coesão social e a integridade dos ecossistemas amazônicos. Como visto, programas como o PRONAF, programa de fomento rural, valorizam territórios sustentáveis e apoiam a tentativa de aliar produção e conservação. Todavia, a efetividade dessa articulação política deve ser observada quanto a suas implicações concretas em três dimensões críticas: a sustentabilidade socioecológica, a gestão ambiental do território e a formulação de políticas públicas orientadas para a nova economia da floresta em pé.

A mediação realizada por instituições como a EMATER-PA e a SEMAS é imprescindível, mas insuficiente diante da gravidade das pressões atípicas. A promoção de práticas produtivas sustentáveis (como os sistemas agroflorestais – SAFs) junto à agricultura familiar, ainda que essencial, opera em escala limitada. De acordo com Turetta et al. (2022), a sustentabilidade na Amazônia depende de uma transição que vá além do nicho da agricultura familiar, engajando toda a cadeia produtiva. Portanto, a necessidade de fiscalizar e incentivar a adequação dos grandes produtores rurais às questões sustentáveis manifesta-se como nó crítico. Sem mecanismos robustos de comando e controle, incentivos econômicos diferenciados e a efetiva implementação do código florestal (como o CAR e o PRA), o esforço de promover a sustentabilidade

em pequena escala será sempre eclipsado pelos impactos de larga escala do agronegócio convencional. A sustentabilidade requer uma governança multiescalar qualificada para conciliar diferentes atores e racionalidades produtivas no território.

Os desafios de regularização fundiária e as tensões em terras de povos tradicionais aqui destacados representam obstáculos à governança. A insegurança jurídica é combustível do desmatamento e da grilagem, tornando inviável qualquer planejamento ambiental sério (Almeida, 2020). A atuação articulada entre órgãos federais (como o ICMBio e a FUNAI) e estaduais (SEMAS, ITERPA) é uma pré-condição para o ordenamento do território. Políticas de crédito e assistência técnica (como o PROATER) só alcançarão seu potencial transformador quando vinculadas a um ordenamento territorial participativo e legitimado, que faça a destinação correta de áreas claras para conservação, produção familiar, restauração e agricultura de grande escala com rigorosa conformidade ambiental. A gestão territorial não pode ser desvinculada da justiça social e da garantia de direitos, sob pena de perpetuar conflitos e a degradação. Essas considerações levam à terceira implicação: a necessidade de formular políticas públicas de modo que a variável ambiental seja incorporada de forma transversal com todas as ações voltadas ao meio rural. Isso significa ir além de linhas de crédito, de programas específicos “verdes”. Portanto, é necessário que a lógica ambiental oriente as ações do Estado no rural paraense, desde o planejamento logístico até os incentivos fiscais. Como observa Becker (2013), o desenvolvimento da Amazônia exige uma “política de valorização da floresta e de seus povos”, o que demanda repensar métricas de sucesso para além do PIB agrícola. O envolvimento interinstitucional (SEDAP, SEAF, SEMAS, EMATER) deve ter como guia a bioeconomia de base florestal e comunitária e a baixa emissão de carbono, estabelecendo regras e incentivos no mercado que valorizem essas atividades. Além disso, é fundamental fortalecer políticas de compras públicas, como o PAA e o PNAE, que priorizem produtos da sociobiodiversidade. Assim, será possível garantir espaço no mercado e renda para práticas sustentáveis.

O caminho para um desenvolvimento rural sustentável no Pará, portanto, exige mais do que a mera integração operacional de políticas existentes. Exige uma reorientação estratégica que posicione a integridade ambiental como fundamento do

projeto de desenvolvimento. Sob essa ótica, a atuação estatal deve se desdobrar em frentes interconectadas e multifacetadas.

É importante fortalecer a governança ambiental com ações diferenciadas para pequenos, médios e grandes produtores, garantindo assistência técnica qualificada aos primeiros e rigorosa fiscalização e incentivos à transição aos últimos. Paralelamente, a estabilização da malha fundiária é pré-requisito inarredável. Sem o ordenamento territorial pautado na segurança jurídica e em um zoneamento ecológico-econômico construído de forma participativa, a gestão do território permanece vulnerável a conflitos e ilegalidades.

Por fim, a eficácia dessa transformação reside na criação de um marco de políticas públicas integrado e ecologicamente orientado, no qual crédito, pesquisa, extensão, infraestrutura e comercialização possam convergir em um novo paradigma produtivo. Somente assim a mediação estatal no território poderá efetivamente converter recursos em resultados que promovam geração de renda, equidade social e a conservação da maior floresta tropical do planeta, assegurando o futuro da região e de seus povos.

AGRADECIMENTOS

Este artigo teve origem nas discussões desenvolvidas na disciplina Administração Rural, ministrada pelo professor Afonso da Mata Vidinha, no curso de Administração da Universidade Federal do Pará. Os autores registram seu agradecimento pela proposição da temática e pela condução das reflexões acadêmicas que estimularam a análise crítica dos desafios relacionados ao desenvolvimento rural no estado do Pará. A iniciativa contribuiu para ampliar o debate sobre a importância das políticas públicas voltadas ao fortalecimento do meio rural, à promoção da justiça social e ao desenvolvimento sustentável.

Os autores agradecem, igualmente, ao professor Daniel Araújo Sombra Soares, pela orientação acadêmica e pelas valiosas contribuições ao aperfeiçoamento técnico e científico deste trabalho. Destaca-se, ainda, o acolhimento proporcionado no âmbito do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA/UFPA), ambiente que favoreceu o desenvolvimento da pesquisa e a integração com a produção científica voltada às questões ambientais amazônicas. Também se reconhece a relevância da Revista

Universidade e Meio Ambiente como importante espaço de divulgação científica e de fortalecimento do diálogo entre pesquisadores, discentes e a sociedade acerca dos desafios socioambientais da Amazônia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PARÁ. **Emater e Sedap entregam CAFs para produtores rurais pelo programa Marajó Sustentável.** Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/67292/emater-e-sedap-entregam-cafs-para-produtores-rurais-pelo-programa-marajo-sustentavel>. Acesso em: 22 nov. 2025.

AGÊNCIA PARÁ. **Programa Fomento Rural contempla mais de mil famílias com agricultura sustentável.** Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/61449/programa-fomento-rural-contempla-mais-de-mil-familias-com-agricultura-sustentavel>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “proteccionismo”. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 25, p. 63-71, 2012.

ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz; FAPERJ, 2012.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Polamazônia e programas integrados de desenvolvimento regional**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, [s. d.].

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Trabalho preparado para o curso de Desenvolvimento Econômico da Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 mar. 2006.

BUAINAIN, Antonio Márcio; DEDECCECA, Claudio Salvadori; SOUZA, I. F. A. C. de. **Agricultura familiar e inovação no Brasil**: características, desafios e obstáculos. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2019. (Texto para Discussão).

CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2015.

CNA/SENAR. **Agropecuária brasileira na COP 30: AgroBrasil: alimenta o planeta, sustenta as pessoas e muda o jogo**. Brasília: CNA/SENAR, 2025.

FENZL, Norbert; SOMBRA, Daniel; CANTO, Otávio; FARIAS, André; NASCIMENTO, Fernanda. Os grandes projetos e o processo de urbanização da Amazônia brasileira: consequências sociais e transformações territoriais. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú, v. 6, e202002, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18764/2446-6549.e202002>

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GONÇALVES, Diego Marques; PEDROSO, Adriana Martini Correa. Políticas públicas para o desenvolvimento rural e valorização da agricultura familiar: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. In: SEMINÁRIO NACIONAL DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 12., 2013, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Secretaria da Agricultura Familiar. **Relatório de gestão 2024**. Belém: SEAF, 2025.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Relatório de gestão 2024**. Marituba: SEDAP; EMATER-Pará, 2025.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Rural violence in Brazil**. New York: Human Rights Watch, 1991.

JORNADA AMAZÔNIA. **A complexidade da cadeia produtiva na Amazônia**: os desafios e potencialidades da região. Disponível em: <https://jornadaamazonia.org.br/a-complexidade-da-cadeia-produtiva-na-amazonia-os-desafios-e-potencialidades-da-regiao/>. Acesso em: 22 nov. 2025.

LINDBLOM, Charles E. The science of “muddling through”. **Public Administration Review**, v. 19, n. 2, p. 79-88, 1959.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Governo Federal lança Plano Safra 2025/2026 com R\$ 516,2 bilhões para impulsionar o agro brasileiro**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-plano-safra-2025-2026-com-r-516-2-bilhoes-para-impulsionar-o-agro-brasileiro>. Acesso em: 19 nov. 2025.

PEIXOTO, Ângela Maria Martins; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de. Políticas públicas, território e geografia: interpretações conceituais e práticas do desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Geonorte**, edição especial 2, v. 3, n. 7, p. 556-569, 2013.

PORRO, Roberto; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama (org.). **Amazônia**: meio ambiente e desenvolvimento agrícola. Brasília: Embrapa, 2015.

RAMAGEM, Ricardo Dias. **Políticas públicas para o desenvolvimento regional e sua contribuição para o desenvolvimento social**: interlocução, cooperação e coordenação. 2013. Monografia (Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2013.

SCHNEIDER, Sérgio *et al.* Potencialidades e limites do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na promoção da agricultura familiar no Norte do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, n. 4, p. 625-644, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CLIMA E SUSTENTABILIDADE.
Programa Pecuária Sustentável. Disponível em:
<https://www.semas.pa.gov.br/pecuariasustentavel/>. Acesso em: 21 nov. 2025.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CLIMA E SUSTENTABILIDADE.
Projeto Valoriza Territórios Sustentáveis. Disponível em:
<https://www.semas.pa.gov.br/psa/>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL. **Acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).** Disponível em:
<https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-o-programa-nacional-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar-pronaf>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

STUMPF JUNIOR, Waldyr; BALSADI, Otavio Valentim. Políticas públicas e pesquisa para o desenvolvimento rural no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

TURETTA, Ana Paula Dias *et al.* Uma estrutura metodológica para avaliar o impacto das práticas rurais na relação entre segurança alimentar, hídrica e energética. In: MOREIRA, F. de A.; DALLA FONTANA, M.; MALHEIROS, T. F.; DI GIULIO, G. M. (org.). **A relação entre água, energia e alimentos: o que diz a pesquisa brasileira**. 1. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022. v. 1.

VEIGA, José Eli da. O prelúdio do desenvolvimento sustentável. In: OLIVA, Pedro Mercadante (org.). **Economia brasileira: perspectiva do desenvolvimento**. São Paulo: FEA-USP; Centro Acadêmico Visconde de Cairu, 2005.